

Relatório Final

Decreto-Lei nº18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação

Identificação do processo: 2017/300.10.005/1041

Objeto da contratação: Aquisição de manuais e materiais escolares para o apoio social escolar

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 124.º do Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação – Código da Contratação Pública, doravante designado de CCP, no dia 01 de setembro do ano dois mil e dezassete reuniu o júri do processo de contratação para **“Aquisição de manuais e materiais escolares para apoio social escolar”** a fim de proceder à elaboração do relatório final, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar a ordenação final das propostas constante do relatório preliminar e propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.-----

1. Audiência Prévia e ordenação das propostas

Para efeitos de audiência prévia em reunião de 24 de agosto do ano de dois mil e dezassete o júri procedeu à elaboração do respetivo relatório preliminar, onde registou os resultados da análise e avaliação das propostas apresentadas pelos concorrentes e nos termos do art.º 123.º o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis, para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.-----

2. Proposta de Adjudicação

Considerando que durante o período fixado não existiram quaisquer observações dos concorrentes o júri deliberou não alterar o teor e as conclusões do relatório preliminar, pelo que propõe a adjudicação conforme segue:-----

- Lote 1 – Aquisição de manuais escolares – proposta apresentada pelo concorrente A das Artes Livraria, Lda. no valor de € 5.812,22 (cinco mil, oitocentos e doze euros e vinte e dois cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----
- Lote 2 – Aquisição de materiais escolares – proposta apresentada pelo concorrente Belbrinca – Comércio de Livraria, Lda., no valor de € 1.693,45 (mil, seiscentos e noventa e três euros e quarenta e cinco cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

Face ao que antecede, se a proposta aqui formulada merecer aprovação superior, deverá, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º do CCP, proceder-se à notificação de todos os concorrentes, a qual

será acompanhada de presente relatório final e ser notificado o adjudicatário no sentido de proceder em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 77.º do CCP. -----

Sines, 01 de setembro de 2017

O Júri do Procedimento

Presidente



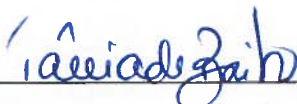
Margarida Mestre, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social

Primeiro Vogal Efetivo



Sónia Sebastião, Técnica Superior

Segundo Vogal Efetivo



Tânia Brito, Técnica Superior